



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para prestar esclarecimentos acerca das reuniões realizadas pelo Ministério da Justiça com integrante do Comando Vermelho.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, reuniões realizadas pelo Ministério da Justiça com integrante do Comando Vermelho.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento Senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, reuniões realizadas pelo Ministério da Justiça com integrante do Comando Vermelho.

Isto porque, conforme noticiado¹, sob comando de Dino, Ministério da

¹ <https://revistaoeste.com/politica/sob-comando-de-dino-ministerio-da-justica-recebe-integrante-do-comando-vermelho-para-reunioes/>





Justiça recebe integrante do Comando Vermelho para reuniões. A mulher de um dos líderes da organização criminosa Comando Vermelho, Luciane Barbosa Farias, foi recebida por assessores do ministro da Justiça, Flávio Dino, duas vezes neste ano. Luciane é casada há 11 anos com Clemilson dos Santos Farias, o Tio Patinhas, criminoso que chegou a figurar no topo da lista dos mais procurados da polícia do Amazonas. Ele foi preso em dezembro de 2022 e cumpre 31 anos no presídio de Tefé (AM). Luciane, recebida por assessores de Dino, também foi condenada no mesmo processo que o marido — por lavagem de dinheiro, associação para o tráfico e organização criminosa —, mas recorre em liberdade. No Ministério da Justiça, foi recebida como presidente de uma ONG de defesa dos direitos dos presos do Amazonas.

De acordo com o Estadão, Luciane costuma se circular em Brasília acompanhada da advogada Camila Guimarães de Lima e da ex-deputada estadual do Psol Janira Rocha (RJ). O Estadão relata que, em 19 de abril, Luciane teve um encontro com Elias Vaz, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos de Flávio Dino. Posteriormente, em 2 de maio, ela se reuniu com Rafael Velasco Brandani, Secretário Nacional de Políticas Penais (Senappen). No mesmo dia, Luciane também se encontrou com outras duas autoridades do Ministério da Justiça: Paula Cristina da Silva Godoy, responsável pela Ouvidoria Nacional de Serviços Penais (Onasp), e Sandro Abel Sousa Barradas, Diretor de Inteligência Penitenciária da Senappen. Seu nome não aparece nas agendas oficiais destas autoridades. Todos esses assessores foram nomeados diretamente por Dino e ocupam cargos de confiança sob sua gestão

Luciane relatou em uma publicação no Instagram a sua visita às autoridades do ministério de Dino. Ela mencionou ter feito “denúncias sobre denúncias de revistas vexatórias” no sistema prisional amazonense e afirmou ter apresentado um “dossiê” sobre “violações de direitos fundamentais e humanos” supostamente cometidas pelas empresas que atuam nas prisões do Estado.

“Em resultado destas reuniões o primeiro passo foi tomado em prol aos familiares visitantes de reclusos onde as revistas vexatórias estão em votação com maioria favorável





para ser derrubada! [sic]”, escreveu a integrante do Comando Vermelho em sua rede social, sem detalhar a qual votação se referia.

O processo penal que envolve Luciane e seu marido, acessado pelo Estadão, descreve Clemilson como um *“indivíduo de altíssima periculosidade, com desprezo à vida alheia”*. O Ministério Público do Amazonas relata que seu patrimônio provém do tráfico de drogas e que ele costuma ser cruel com seus devedores, *“ceifando lhes a vida sempre que os crimes em que se envolve lhes torna credor [sic]”*.

O Ministério Público do Amazonas declarou que Luciane atuava como o 'braço financeiro' das operações de seu marido. Segundo o órgão, *“exercia papel fundamental também na ocultação de valores oriundos do narcotráfico, adquirindo veículos de luxo, imóveis e registrando ‘empresas laranjas’*. Devido a sua atuação, ela *“conquistou confiabilidade da cúpula da Organização Criminosa Comando Vermelho”*, conforme escreveu o procurador Mário Ypiranga Monteiro Neto, na denúncia feita em agosto de 2018.

A investigação apontou também que o patrimônio do casal ligado ao Comando Vermelho aumentou mais de 1.000% entre 2012 e 2015, período subsequente à abertura de um salão de beleza por Luciane.

A ONG de Luciane, a Associação Instituto Liberdade do Amazonas (ILA), é voltada para os detentos ligados ao Comando Vermelho. Fundada no ano passado, a organização também é acusada de ser financiada com dinheiro do tráfico, conforme afirmou o Estadão, citando uma investigação confidencial que teve acesso. Assim, a ONG seria uma fachada utilizada pelo Comando Vermelho para *“perpetuar a existência da facção criminosa e obter capital político para negociações com o Estado”*. Segundo um trecho da investigação mencionado pelo jornal, as atividades sociais realizadas pela entidade seriam, em última análise, financiadas pelo Comando Vermelho *“com a arrecadação de seus membros”*.

Neste esboço, temos que esta situação coloca em cheque a eficácia e a integridade das políticas de segurança pública no Brasil, especialmente no que tange à gestão do Ministro da Justiça, Flávio Dino, porquanto que o fato de





Luciane Barbosa Farias, associada a uma das mais notórias organizações criminosas do país, o Comando Vermelho, ter sido recebida por autoridades do Ministério da Justiça, levanta sérias questões sobre a capacidade e a disposição do ministério em identificar e combater efetivamente o crime organizado.

Ademais, a aparente falta de conhecimento ou a negligência em reconhecer a identidade e o histórico de Luciane, uma figura central no suporte financeiro e logístico do Comando Vermelho, conforme apontado pelo Ministério Público do Amazonas, sugere preocupante falha de inteligência ou, pior, possível conivência. Isso é particularmente alarmante considerando o histórico de Clemilson dos Santos Farias, marido de Luciane, conhecido pela sua periculosidade e influência dentro da organização criminosa.

Outrossim, a situação expõe a vulnerabilidade nas políticas de combate ao crime, em que indivíduos com notórios vínculos criminais conseguem não só se infiltrar, mas também possivelmente influenciar decisões e políticas públicas, o que se interpreta como patente falha grave na administração da justiça, refletindo ou incompetência ou, na pior das hipóteses, má intenção.

Destarte, acreditamos que este ocorrido revela preocupante descompasso entre a realidade do crime organizado no Brasil e a capacidade do Ministério da Justiça em lidar com ameaças de forma eficaz. Seja por incompetência ou má intenção, temos que este descompasso representa risco significativo para a segurança pública e a ordem social, minando a confiança da população nas instituições encarregadas de sua proteção.

Dessa forma, considerando a importância deste tema, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposição.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

